

ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA ARQUITECTURA MILITAR DA BEIRA INTERIOR

Mário Jorge Barroca

Departamento de Ciências e Técnicas do Património,
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo:

Panorama sobre a evolução da arquitectura militar na zona raiana de Portugal, entre o vale do Douro e Idanha-a-Velha: desde as origens do castelo medieval (Séc. IX), passando pela afirmação do castelo românico (Séc. XII) e pelas reformas góticas (Séc. XIII-XIV), até ao desaparecimento das estruturas medievais com a revolução piroballística (inícios do Séc. XVI).

Abstract

Synthesis of the evolution of military architecture on the eastern frontier of Portugal, between the river Douro and the castle of Idanha-a-Velha. The author discusses the evolution of the medieval castle, from its origins in the 9th century, to the decay of this type of structures with the powder revolution (in the early 16th century). A special attention is paid to Romanesque and Gothic castle (12th and 13-14th century).

O tema que aqui nos propomos tratar é amplo e ambicioso: delinear uma panorâmica da evolução da arquitectura militar na zona raiana compreendida entre o Douro e a zona de Monsanto e Idanha-a-Velha ao longo dos tempos medievais, desde o aparecimento do Castelo até ao seu ocaso, com a “Revolução da Pólvora” e a definitiva imposição do armamento piroballístico e de uma nova lógica arquitectónica. Por vicissitudes várias, nos últimos tempos temos vindo a dedicar uma boa parte da nossa atenção às estruturas fortificadas desta zona raiana, o que nos permitiu reunir uma série de materiais que, apesar de não estarem ainda devidamente tratados, nos possibilitam uma primeira impressão sobre a evolução da arquitectura militar da Beira Interior e as suas diferentes fases.

Já em estudos anteriores tivemos oportunidade de sublinhar a origem medieval do Castelo e a grande novidade de que se reveste o seu aparecimento na Europa Ocidental⁽¹⁾. Efectivamente, o Castelo foi uma das grandes invenções que a Idade Média nos legou, e o seu impacto foi tão profundo que, ainda hoje, eles continuam a marcar indelevelmente a paisagem da Europa Ocidental e a suscitar, entre nós, sentimentos de atracção e de admiração. O Castelo é, por isso, indubitavelmente, uma das construções com maior poder invocador para os tempos medievais. No espaço que constitui hoje Portugal, as primeiras referências explícitas a castelos na documentação medieval cristã remontam ao último quartel do Séc. IX, mais concretamente ao ano de 875. O aparecimento do castelo no território hoje português não pode ser, assim, dissociado desse momento crucial do processo da Reconquista, quando Afonso III das Astúrias (866-909) promoveu a presúria do Porto (868), de Chaves (872) e de Coimbra (878). Com Afonso III a linha de fronteira avançou até ao vale do Douro, onde se posicionou definitivamente, e, na orla ocidental da Península, avançaria mesmo até ao vale do Mondego (embora aqui o processo não fosse definitivo). A incorporação de uma tão vasta porção de território dentro dos limites do domínio cristão obrigou, naturalmente, à reformulação dos mecanismos de defesa e de gestão deste espaço de *Estremadura*. É nesse contexto que se assiste, na zona litoral, ao aparecimento de uma das mais extraordinárias estruturas defensivas do vale do Douro - a *civitas* de Anégia (hoje Senhora da Cividade, Eja, Entre-os-Rios), que controlava um vasto território que se desenvolvia por ambas as margens do rio, abrangendo, a Norte, uma boa parte do actual distrito do Porto (alargando-se pelos

concelhos de Penafiel, Marco de Canaveses e Baião) e, na margem Sul, abrangendo os concelhos de Castelo de Paiva e Cinfães⁽²⁾. A *civitas* de Anégia pode, deste modo, ser apontada como um primeiro exemplo do “modelo condal” de organização militar: um lugar central, confiado ao governo de um Conde ou *Dux*, com uma estrutura militar incipiente, quase sem arquitectura, essencialmente construída com recurso à movimentação de terras e à criação de taludes, com muralhas em pedra seca ou *mamposteria*, sem silhares aparelhados, e, subordinado a esse lugar central, um vasto território envolvente, onde se desenvolviam e conviviam outras estruturas militares, erguidas pelas populações locais para sua defesa. Anégia não foi, obviamente, exemplo isolado. A seu lado podem ser identificadas outras *civitates* como Portucale (Porto), Maia, Guimarães, Santa Maria (Feira), Lamego, Chaves, Montemor-o-Velho, Coimbra, Seia, etc. Este modelo de organização territorial e militar, que tem paralelo na Galiza, em León e noutras zonas do Norte da Península⁽³⁾, não teve, aparentemente, aplicação na Beira Interior. Aqui a situação foi distinta, embora a organização do território fosse, igualmente, confiada a um conde ou, pelo menos, a uma família de origem condal.

Depois desse momento marcante que foi o reinado de Afonso III das Astúrias, que começa com a presúria do Porto (em 868) e que culmina com as presúrias de Toro (em 900) e Burgo de Osma (em 912), as forças cristãs encontram-se na posse de um vasto território que, grosso modo, tinha a sua fronteira no vale do Douro mas que, no actual território português, descia até ao vale do Mondego, na zona da fachada atlântica e, a Leste, se prolongava até ao vale do rio Côa. Ultrapassado este rio, a fronteira dos domínios cristãos devia subir até ao vale do Douro, posicionando-se nele até à zona de León e de Toro. É esse domínio cristão, que se estendia até Montemor-o-Velho, Coimbra, Seia e Trancoso, que ajuda a compreender a presença dos eloquentes testemunhos moçárabes de S. Pedro de Lourosa (datados do ano de 912), de Mosteiro de Fráguas, de S. Pedro do Sul, de S. Pedro de Balsemão, de Coimbra e de Soure (todos atribuíveis ao Séc. X).

Para o estudo das estruturas fortificadas da zona da Beira Interior no Séc. X, o documento mais importante de que dispomos é a doação de D. Flâmula Rodrigues, filha de D. Rodrigo Tedones e de D. Leodegúndia Dias. D. Flâmula, que era sobrinha de D. Mumadona Dias, fez uma importante doação ao mosteiro de Guimarães em 960. Nesse extenso diploma refere-se, a dado passo, os

“... *nostros castellos id est Trancoso, Moraria, Longobria, Nauman, Vacinata, Amindula, Pena de Dono, Alcobria, Seniorzelli, Caria, cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa strematura ...*” (PMH, DC 81; VMH, 11).

A identificação destes dez topónimos - na maior parte dos casos simples e óbvia, mas num ou noutro caso bastante mais problemática - já foi ensaiada por diversos autores, nomeadamente por Luís Filipe Lindley Cintra, e nós próprios já sobre ela nos debruçámos⁽⁴⁾. No entanto, porque importam directamente para a área que aqui nos ocupa, porque da sua análise se podem extrair importantes lições, e porque julgamos ter conseguido progredir um pouco mais na sua identificação, voltaremos aqui a identificar esses topónimos. *Trancoso* corresponde, obviamente, a Trancoso, sem qualquer oscilação ortográfica. *Moraria* foi, durante os tempos medievais, conhecida por Moreira e, em referência ao facto de D. Sancho II ter aí permanecido quando se dirigia para o exílio, em Toledo, no conturbado ano de 1247, passou a ser conhecida como Moreira de Rei. *Longobria* é hoje Longroiva, *Nauman* corresponde a Numão, *Pena de Dono* corresponde a Penedono, *Seniorzeli* é hoje Sernancelhe e *Caria* ainda nos nossos dias se designa Caria. Deixamos para o fim os três topónimos mais problemáticos: *Vacinata*, *Amindula* e *Alcobria*. Já noutro estudo nosso levantamos a hipótese de *Vacinata* corresponder ao lugar do Castelo, junto a Muxagata. *Amindula* pode corresponder à actual Almendra, como sugeriu Lindley Cintra, mas outros autores já sugeriram a possibilidade de corresponder a Meda, nos documentos medievais designada *Amida*. E, finalmente, julgamos que *Alcobria*, que até agora não tem sido identificada, corresponde a Alcarva, uma pequena aldeia a Oeste de Ranhados, onde sobrevive o topónimo Castelo, embora deste não restem vestígios materiais. As visitas que realizámos a todos estes locais, na expectativa de encontrarmos elementos coevos da referência documental de 960, permitiu-nos identificar, no ano de 1990, a notável Torre Moçárabe do castelo de Trancoso, testemunho único em Portugal. Trata-se, efectivamente, da velha estrutura moçárabe doada por D. Flâmula ao Mosteiro de Guimarães, e que se

conservou ao longo dos anos, tendo sido mais tarde incorporada dentro do perímetro do castelo românico, do Séc. XII-XIII, onde passou a desempenhar as funções de Torre de Menagem. No entanto, trata-se de uma construção muito anterior ao Séc. XII, como bem denuncia o seu perfil tronco-cónico, a sua porta com arco ultrapassado e o seu aparelho de construção não-isódomo, cheio de cotovelos, de cunhas e de rolhas, com silhares almofadados, tudo pormenores que nos remetem para a técnica de construção pré-românica. De resto, no séc. X o castelo ainda ignorava a Torre de Menagem. O *Castello* de Trancoso de D. Flâmula era, deste modo, constituído por uma robusta torre, de planta quase quadrada, com espessos muros e porta rasgada no primeiro andar, munida de acesso móvel. No entanto, nem todos os locais mencionados no diploma de D. Flâmula tiveram a sorte de Trancoso, chegando até aos nossos dias. Na realidade, em diversos outros locais encontramos testemunhos de ocupação coevos da Reconquista, como é o caso das necrópoles de sepulturas escavadas na rocha (presentes em Trancoso, Longroiva, Moreira de Rei, Numão e Sernancelhe), ou até de testemunhos arquitectónicos pré-românicos (recenseados em Sernancelhe e Numão), mas poucas estruturas militares sobreviveram às reformas românicas, góticas ou posteriores. Apesar de tudo, desta primeira fase da nossa Castelologia, ainda encontramos testemunhos em Sernancelhe e em Numão.

Em Sernancelhe o monte do Castelo, que se ergue dominando a zona central do povoado medieval e o largo da Igreja matriz, ainda apresenta alguns vestígios que podem ser remetidos para essa época, nomeadamente ao nível da cerca muralhada. Aqui voltamos a encontrar algumas das características usuais nas estruturas militares mais antigas: ausência de torreões, defesas essencialmente constituídas por taludes, definindo uma plataforma superior que era cercada por muralha, de que sobrevive um pequeno troço, com aparelho não-isódomo, com rolhas, cunhas e silhares almofadados. No topo aplanado deste arruinado castelo, e numa plataforma a meia-encosta, que se desenvolve para Leste, recolhemos cerâmica da Alta Idade Média e da Reconquista. Por seu turno, em Numão detectámos um troço de muralha com características arcaicas, pré-românicas, na zona Sul do recinto muralhado, voltado à actual vila. Em Numão há, de resto, duas necrópoles de sepulturas escavadas na rocha, uma polarizada em torno da Igreja de St^a. Maria (intra-muros) e outra, mais extensa, com 19 sepulcros, organizada em redor da Capela de S. Pedro (fora de muros). Esta última necrópole, que pode ser atribuída ao Séc. X-XI, revela-se particularmente interessante, testemunhando a vitalidade demográfica deste povoado nesses tempos da Reconquista.

Infelizmente, todos os restantes topónimos referidos por D. Flâmula na sua doação de 960 não revelaram estruturas militares coevas desses recuados tempos. Em Moreira de Rei o castelo sofreu uma reforma românica que eliminou testemunhos mais antigos, que seriam coevos da extensa necrópole de sepulturas escavadas na rocha que se organiza em torno da Igreja paroquial. Em Longroiva, onde também se encontram sepulcros rupestres (junto da Capela de N^a. S^a. do Torrão), D. Gualdim Pais, Mestre dos Templários, reformulou o castelo em 1174, destruindo os elementos mais remotos. Por seu turno, o castelo de Penedono foi radicalmente transformado por uma reforma mais tardia, dos fins da Idade Média, ela própria posteriormente bastante maltratada. E os castelos de Meda, Alcarva, Caria e Muxagata resumem-se, hoje, a meras indicações toponímicas, num ou noutro caso com o local da sua primitiva implantação devidamente identificado (como acontece com Meda), mas sem vestígios dignos de nota.

A passagem documental de 960 permite compreender que, já então, existia uma clara hierarquia de estruturas de defesa e povoamento: os *castellos*, que, por serem mais importantes e menos numerosos, foram identificados um a um; as *penellas*, mais numerosas e menos importantes, já não foram individualizadas, e que deviam corresponder ao que hoje vulgarmente classificamos como “castelos roqueiros”, erguidos nas penedias; e, finalmente, as *populaturas*, que devem corresponder às povoações abertas, sem defesas. Aparentemente, apenas os castelos, as estruturas mais importantes e mais monumentalizadas, eram de posse condal directa.

Os domínios cristãos a Sul do Douro, que como vimos se estendiam até ao vale do Mondego e ao vale do Côa, penetrando 40 km a sul do Douro, foram duramente afectados pelas campanhas de al-Mansur dos fins do Séc. X. Na realidade, depois da reforma do exército muçulmano, ordenada c. 980, o poder ofensivo de al-Mansur viu-se significativamente acrescido, o que se traduziu numa série de campanhas devastadoras, a um

ritmo anual, que investiram contra a Catalunha, León, e o Ocidente Peninsular. Para os nossos propósitos, interessa-nos a campanha de 986, contra Condeixa, a campanha de 987, contra Coimbra (com a conquista desta cidade em 28 de Julho de 987, pondo termo a quase um século de domínio cristão), e a célebre campanha de 997, que culminou na investida contra Santiago de Compostela, cujo templo foi arrasado e incendiado. Num ou noutro momento (em 986, em 987 ou, mais provavelmente, em 997) os territórios a Sul do Douro e os respectivos castelos caíram de novo nas mãos das forças muçulmanas. A fronteira recuou e voltou a fixar-se no vale do Douro, onde se manteve até aos meados do Séc. XI. É este recuo estratégico que ajuda a compreender a presença de vestígios muçulmanos em zonas tão setentrionais, como é o caso da cisterna muçulmana de Castelo Rodrigo, com o seu arco ultrapassado quebrado, ou de topónimos de origem árabe, como *Numão* (Numão, V. N. Foz Côa), *Murça* (Murça, V. N. Foz Côa), *Arrifana* (Pala, Pinhel; e Vilar Maior, Sabugal), *Alcarva* (Ranhados, Meda), *Marvão* (Longroiva, Meda), *Alcaria* (Coriscada, Meda), *Falifa* (Pinhel, Pinhel; e Cótimos, Trancoso), *Mangide* (Pereiro, Pinhel), *Atafona* (Póvoa do Concelho, Trancoso), *Fátimas* (Malpartida, Almeida), *Almeida* (Almeida, Almeida), *Fatela* (Sortelha, Sabugal) ou *Alcambar* (Vale de Espinho, Sabugal), para apenas dar alguns exemplos da zona raiana em que estamos a centrar a nossa atenção.

Em meados do Séc. XI a conjuntura voltou a ficar favorável para as forças cristãs. O poder militar muçulmano viu-se enfraquecido com o aparecimento das primeiras Taifas (1031-1061), o que permitiu o relançamento da empresa da Reconquista. Com a aproximação dos meados da centúria, Fernando Magno (1033-1065) empreendeu uma Campanha militar que teve a Beira como palco. A partir de 1055, e por um período de 8 ou 9 anos, as operações militares sucedem-se, culminando com a reconquista definitiva de Coimbra. O esforço militar cristão encontra-se memorizado nos registos analísticos, nomeadamente no *Chronicon Conimbricense* (PMH, Script., p. 2 e 4), na *Chronica Gothorum* (PMH, Script, p. 9-10), no *Chronicon Alcobacense* (PMH, Script., p. 18) e no *Chronicon Lamecense* (PMH, Script., p. 19). Na *Chronica Gothorum*, que encerra a mais pormenorizada das notícias, regista-se:

“... *Era MXCV. rex donnus Fernandus cun coniuge sua regina donna Sancia cepit Lamecum IIIº calend. decembris in festivitate Sancti Saturnini lucescenti die sabati.*

Era MXCVI. IIIº Calend. Augusti in die S. Cucufatis rex donnus Fernandus cepit civitatem Viseum, postea Geisam, et S. Martinus de Mauris, et Travanca, et Penalviam, atque cetera castella christianorum vicinitatum per annos VIII ...” (PMH, Script., p. 9-10).

Aos castelos de Lamego, Viseu, Seia, S. Martinho de Mouros, Travanca e Penalva, o Monge de Silos acrescenta ainda os castelos de S. Justo (hoje conhecido como Marialva) e de Tarouca.

A Campanha das Beiras culminaria, a 10 de Julho de 1064, com a reconquista definitiva de Coimbra, evento memorizado por todos os registos analísticos antigos conhecidos⁽⁵⁾. Com ela, a linha de fronteira volta de novo a posicionar-se no vale do Mondego. Reconhecendo o apoio crucial que Sesnando Davides lhe tinha prestado no quadro da reconquista de Coimbra, Fernando Magno nomeia este moçárabe para o cargo de Alvazil de Coimbra, confiando-lhe o governo de todas as terras a Sul do rio Douro⁽⁶⁾. De uma assentada, Sesnando torna-se um dos homens mais poderosos do Ocidente Peninsular. Os castelos que outrora tinham pertencido a D. Flâmula e que esta tinha doado ao Mosteiro de Guimarães seriam de novo confiados a essa instituição e assim, em 1059, quando se organiza um novo inventário dos bens do mosteiro vimaranense, eles voltam a ser referidos, numa lista onde se acrescenta o castelo de Terrenho:

“... *et in extremis ex alia parte Durio castellos. id sunt Trancoso cum suas villas. Longobria. Terrenio. Moraria. Nauman. Vacinata. Penna de Domno. Amendula. Seniorzelli. Alcobria et Caria. istas penas cum toto sua devido ...”* (PMH, DC 420; VMH, 45).

Sesnando seria responsável por uma série de reformas nos castelos que lhe foram confiados, nomeadamente em Lamego, S. Martinho de Mouros, Arouce, Penela e Soure⁽⁷⁾.

Para consolidar o povoamento da zona recém incorporada nos domínios cristãos, os monarcas lançaram mãos de diversos mecanismos. O primeiro, e mais imediato, seria a substituição do modelo condal de organização do território, baseado nas *civitates*, por um modelo senhorial, apoiado nas *Terras*. Com esta mudança, os territórios comprimem-se, diminuindo a área e sendo mais fácil e eficazmente governados. Com eles desaparece a base de apoio da Nobreza Condal e começa a afirmar-se o poder dos Infanções, que rapidamente se guindam à categoria de Ricos-Homens⁽⁸⁾. Este processo teve por palco a zona ocidental do território hoje português. E, se nesta área, confiada desde 1064 ou 1065 ao governo do Alvazil D. Sesnando, os problemas de povoamento eram menos sensíveis, já o mesmo não acontecia no Leste do território, precisamente a zona que mais nos interessa. Aqui, a opção foi outorgar uma série de diplomas legais fomentando a fixação de povoadores e, sobretudo, procurando assegurar a presença de uma cavalaria vilã capaz de ter um papel militar activo em caso de ameaça. O sinal seria dado logo por Fernando Magno, que outorgou foral a S. João da Pesqueira, Penela da Beira, Paredes da Beira, Linhares e Ancieães, um diploma que se perdeu mas cuja existência está comprovada pela confirmação outorgada por D. Afonso Henriques em [1137-1139] (PMH, Leges, pp. 343-348; DMP, DR 157). É significativo que todás as povoações abrangidas pelos forais de Fernando Magno se encontrem, precisamente, na fronteira Leste do espaço confiado a Sesnando Davides. Todos os monarcas portugueses, desde Afonso Henriques a Afonso III, e mesmo algumas forças particulares (como os Templários, os Hospitalários ou Mestre Vicente, Bispo de Idanha/Guarda) não descuraram este lado legal de incremento do povoamento, outorgando cartas de foral a diversas povoações. Estas cartas, para além de consagrarem privilégios vários, procurando tornar o povoamento mais atractivo, consignam igualmente os deveres dos futuros moradores. No que respeita às prestações do foro militar, verifica-se uma nítida evolução à medida que se avança para Sul e se aproxima do espaço de fronteira. Como se sabe, as duas principais prestações medievais de índole militar eram o Fossado e o Apelido. O primeiro, expedição ofensiva, realizava-se normalmente na Primavera, por alturas de Maio, aproveitando as condições climáticas mais favoráveis para as movimentações do exército. O Apelido, pelo contrário, não tinha altura do ano definida: era a convocação de todos os homens de armas para dar resposta a uma expedição inimiga. Compreende-se, deste modo, que para o Fossado fossem apenas convocados alguns homens, sobretudo cavaleiros, mas que para o Apelido tivessem de responder todos os homens militarmente aptos. Efectivamente, se para o Fossado apenas podiam ser convocados os cavaleiros vilãos, estando dispensados os peões e os clérigos, para o Apelido todos eram obrigados a pegar em armas. E, compreende-se igualmente que as multas para os infractores fossem distintas: cavaleiro vilão que fosse convocado para Fossado e faltasse teria de pagar uma multa - a Fossadeira - que ascendia normalmente a 5 soldos, enquanto que, no caso de não responder ao Apelido, a multa se elevava para o dobro, atingindo os 10 soldos. O peão, como referimos, não respondia ao Fossado mas, no caso de faltar ao Apelido, teria de pagar uma multa de 5 soldos. Para que um castelo não ficasse desguarnecido por ocasião de um Fossado, os forais estipulavam sempre uma parte de cavaleiros vilãos que devia ir em Fossado e outra que devia ficar para defesa da povoação ou castelo. É precisamente neste aspecto que podemos detectar duas áreas distintas na região que nos ocupa. Na zona Norte, desde o rio Douro até Valhelhas, estava previsto que 1/3 dos cavaleiros vilãos fosse em Fossado, ficando 2/3 para garantia da defesa da povoação ou castelo. Assim o estipulam os forais de Numão (1130), Penedono (1195), Marialva (1157-69), Moreira de Rei (1157-69), Aguiar da Beira (1157-69), Trancoso (1157-69), Castelo Mendo (1229), Guarda (1199), Linhares (1169), Folgosinho (1187), Valhelhas (1188) e Vila de Touro (1220). Na zona a Sul de Valhelhas e de Vila do Touro a situação muda, passando a ser 2/3 o número de cavaleiros vilãos que tinham obrigação de responder em Fossado e 1/3 os que tinham de ficar para defesa da povoação ou castelo, esclarecendo-se, por vezes, que os peões que ficavam estavam igualmente incumbidos da defesa do castelo. Acontece assim com Sortelha (1228-29), Covilhã (1186), Penamacor (1209), S. Vicente da Beira (1195), Lardosa (1223), Proença-a-Velha (1218), Idanha-a-Velha (1229), Penha Garcia (1256), Castelo Branco (1213), Salvaterra do Extremo (1229) e Sobreira Formosa (1222).

O reforço do poder municipal na zona Leste do território beirão explica a tardia afirmação das Terras e dos Tenentes nesta zona. Na realidade, não encontramos qualquer referência segura às Terras e aos Tenentes durante a segunda metade do séc. XI. E, mesmo no séc. XII, quando o processo começa a despontar, ele apresenta uma dinâmica muito longe da que se detecta noutras zonas mais ocidentais do reino, quer no Entre-Douro-e-Minho quer no Entre Douro-e-Mondego.

A segunda metade do Século XI representa, do ponto de vista da Castelologia, o arranque de um período de fecundas mudanças. Na realidade, é nos castelos que são erguidos ou reformulados na segunda metade desta centúria que se começam a anunciar as novidades do castelo românico. Por isso, julgamos que castelos como os de Lanhoso ou de S. Martinho de Mouros, podem, legitimamente, ser classificados como castelos proto-românicos. Não é apenas o aparelho de construção que muda, passando a aproximar-se da isodomia, mas também a própria arquitectura militar que começa a denunciar as inovações, com o aparecimento dos primeiros torreões a flanquear as zonas mais sensíveis. Na zona que nos ocupa, esse momento encontra-se plasmado em Vilar Maior onde uma boa parte da cerca muralhada do Castelo, descrevendo um perímetro ovalado, ignorando ainda os torreões e evitando ângulos, apresenta um aparelho de construção proto-românico, com uma organização não-isódoma que se aproxima do aparelho pré-românico que encontramos em Trancoso. Há, apesar de tudo, uma clara tendência para a isodomia, o que denuncia a sua cronologia mais tardia, revelando que se trata de obra já da segunda metade do Séc. XI. No entanto, o castelo de Vilar Maior foi concebido numa fase onde ainda se ignorava a Torre de Menagem, que aqui apenas seria acrescentada por D. Dinis, depois de Vilar Maior entrar definitivamente na posse de Portugal, com o Tratado de Alcanices (1297). O sistema muralhado de Vilar Maior, que protegia a vila que se desenvolvia no sopé do monte do castelo, foi, de resto, uma obra erguida por monarcas leoneses, como bem documenta a sua inscrição de 1280, que remete a iniciativa para Afonso X, o Sábio⁽⁹⁾.

Apesar de, na zona raiana, as Terras serem, visivelmente, um fenómeno tardio, o castelo românico acabaria por se impôr desde os inícios do Séc. XII, promovido não pelos tenentes mas pelos municípios e, a partir da década de 40, pela Ordem do Templo. O castelo românico, como se sabe, foi uma estrutura erguida obedecendo a critérios de defesa passiva⁽¹⁰⁾. Caracteriza-se pela presença de um pequeno pátio, protegido e delimitado por muralha, e com acesso ao seu interior garantido por meio de duas portas: a porta principal e a Porta da Traição. Apesar de não ignorar os torreões, o castelo românico ainda os adopta de forma moderada, apenas nas zonas mais sensíveis, quebrando panos de muralha excessivamente longos ou defendendo ângulos mais pronunciados. As suas muralhas, espessas e erguidas com recurso a aparelho pseudo-isódomo, apresentam adarve (ou caminho-de-ronda) que, na face exterior, é protegido por parapeito coroado por merlões ou ameias. Ao centro do pátio, isolada dos muros, encontramos a grande inovação do castelo românico: a Torre de Menagem. Na realidade, os primeiros exemplos de Torres de Menagem surgem, em Portugal, nos meados do Séc. XII, pela mão dos Templários, sendo depois o modelo rapidamente adoptado pela arquitectura militar portuguesa⁽¹¹⁾. Muito embora a maioria dos castelos tenha sofrido reformas posteriores, góticas ou modernas, que lhes desvirtuaram o traçado original, na zona que nos ocupa ainda podemos apontar alguns bons exemplos de castelos românicos, que preservam o essencial da lógica construtiva dessa época. É o caso, por exemplo, dos castelos de Marialva, de Moreira de Rei, de Longroiva e de Sortelha.

O Castelo de Marialva, com o seu pátio de limitadas dimensões, com a porta de entrada principal voltada a Ocidente e a Porta da Traição debruçando-se sobre a Igreja de Santiago, reúne as principais características do castelo românico. A Torre de Menagem ergue-se no pátio, isolada da muralha e no alto de afloramentos rochosos que ajudam a conferir-lhe uma posição de destaque. O acesso a esta Torre é garantido por porta soerguida, rasgada ao nível do primeiro andar. Ao lado da Torre de Menagem, encontramos a cisterna, um pequeno compartimento abobadado e revestido a estuque, cujo único acesso era garantido a partir de abertura rasgada no tecto. No quadro de um conceito de defesa passiva, em que o castelo é pensado para resistir a cercos prolongados, a presença da cisterna revela-se fundamental. As muralhas do Castelo de Marialva, muito derruídas, eram outrora coroadas por parapeito e merlões. Embora nenhum sobreviva *in situ*.

encontram-se alguns deles no sopé do castelo, reaproveitados no adro da Igreja de Santiago. Certamente que o castelo que hoje ali podemos observar não conheceu os conturbados tempos da Campanha das Beiras, quando o Castro de S. Justo foi tomado pelas forças de Fernando Magno, em [1055-58]⁽¹²⁾. Com estas características e com esta técnica construtiva, ele tem, forçosamente, de ser um produto do Séc. XII.

No caso de Moreira de Rei o castelo românico preserva-se, arruinado, na periferia do povoado medieval, erguido entre afloramentos graníticos. Sobrevivem magníficos panos de muralha, apoiados em batólitos, mas a sua Torre de Menagem desapareceu quase integralmente. Subsiste apenas a primeira fiada de silhares, que nos documentam uma torre de planta quadrada, que se ergueu outrora sobre um afloramento, isolada da muralha do castelo, como recomendavam os preceitos da arquitectura militar da época. Rasgados na base desse afloramento, encontramos os dois encaixes para a escada de madeira que garantia o acesso à porta da Torre de Menagem, que se abria ao nível do primeiro andar da construção. O Castelo de Moreira de Rei, obra do Séc. XII⁽¹³⁾, apresentava o seu espaço inferior segmentado por muralhas complementares, que impediam que, uma vez ultrapassada a porta do castelo, as forças inimigas pudessem movimentar-se livremente por todo o espaço interior da fortificação. Se já em Marialva se sente que o Castelo manteve um certo afastamento em relação ao velho povoado amuralhado, erguendo-se numa zona claramente demarcada em relação ao espaço habitacional, em Moreira de Rei esse posicionamento periférico do Castelo é ainda mais flagrante. Na realidade, o povoado medieval desenvolveu-se em torno de um pequeno templo pré-românico, depois ampliado por profunda reforma românica, em torno do qual se criou uma extensa necrópole de sepulturas escavadas na rocha. Este espaço de culto e de enterramento converteu-se rapidamente em centro cívico de Moreira, e seria nele que se construiria o Pelourinho. O templo de Moreira de Rei afirmou-se, deste modo, como o verdadeiro núcleo gerador do urbanismo deste povoado, que veio a ser defendido por uma linha de muralha, de que ainda subsistem vestígios importantes. No entanto, o castelo de Moreira manteve sempre uma posição periférica em relação ao povoado medieval, como se a população de Moreira tivesse querido manter um prudente distanciamento em relação à estrutura militar.

Por seu turno, o castelo de Longroiva, que Fernão Mendes de Bragança, cunhado de D. Afonso Henriques, entregou aos Templários em 1145, pode ser igualmente apontado como um bom exemplo da arquitectura militar românica⁽¹⁴⁾. Os Templários detinham, desde 1128-1129, importantes domínios a Sul de Coimbra, compreendendo Soure e, dentro do território deste castelo, as povoações de Ega, Redinha e Pombal, controlando deste modo os acessos meridionais a Coimbra. Viriam a receber mais tarde, a partir de 1159, outros importantes domínios na orla do Tejo (Ceras, Tomar, Almourol, Zêzere, Cardiga)⁽¹⁵⁾. Em 1145, quando ainda apenas detinham os domínios de Soure, receberam das mãos de D. Fernão Mendes de Bragança os castelos de Mogadouro, Penas Róias e Longroiva, começando então a desenhar-se uma mancha de domínios na zona Leste do Reino, na fronteira com Leão e Castela, que viria a completar-se, mais tarde, com as doações de Vila do Touro, Monsanto, Idanha-a-Velha e Açafa/Vila Velha do Ródão. Como já referimos, é aos Templários que se ficaram a dever os mais antigos exemplos datados de Torres de Menagem em Portugal, inaugurados com a Torre de Menagem do Castelo de Tomar (1160) e com as torres dos castelos de Pombal (1171), Almourol (1171), Penas Róias (1172) e Longroiva (1174). A Torre de Menagem do castelo de Longroiva, datada por meio de inscrição, é, assim, um dos primeiros exemplos datados que se conhece em Portugal para este tipo de estrutura. É, ainda, uma construção que revela aspectos de vanguarda, nomeadamente por constituir o mais remoto exemplo que conhecemos em Portugal para uma *hurdício*. Efectivamente, na parte superior desta torre encontramos uma série de orifícios, intervalados por espaços regulares, que denunciam a presença de uma galeria de madeira. Esta Torre de Menagem, erguida por D. Gualdim Pais, beneficiou, certamente, dos conhecimentos de arquitectura militar que o Mestre adquiriu no Próximo Oriente, onde participou na IIª Cruzada.

Resta, por fim, referir o Castelo de Sortelha, erguido perifericamente em relação ao povoado amuralhado, no alto de um imponente maciço rochoso. Este castelo, que ostenta uma importante reforma manuelina, apresenta uma Torre de Menagem com características ainda românicas: de planta quadrada, com dimensões modestas, apoiada sobre afloramentos que lhe proporcionam um destaque na paisagem e melhoram

as condições de defesa, e erguida no pátio, isolada da muralha do castelo. Apesar de ser, de todos os exemplos aqui apontados, o mais tardio, obra já dos fins do primeiro quartel do Séc. XIII⁽¹⁶⁾, o Castelo de Sortelha continua a denunciar uma concepção arquitectónica retirada dos cânones românicos.

Todos estes castelos que temos vindo a abordar, tinham senhor (um *tenens*) e, por isso, possuíam Torre de Menagem. Evidentemente, poderíamos apontar mais exemplos de Castelos que vieram a adquirir Torre de Menagem. Por exemplo, o caso do Castelo de Numão, que recebeu Torre de Menagem no último quartel do Séc. XII, comemorada por inscrição de 1189⁽¹⁷⁾, talvez o mais claro sintoma do aparecimento desta *Terra*. Ou, embora ainda mais tardios, os casos da Torre de Menagem de Castelo Rodrigo, que flanqueava o Castelo na banda Sul, erguendo-se voltada ao povoado amuralhado, da Torre de Menagem de Pinhel, erguida isolada no centro do pátio do seu castelo, e das Torres de Menagem de Vilar Maior e de Sabugal, erguidas por D. Dinis em clara demonstração de senhorio sobre essas praças recém-incorporadas no território nacional com o Tratado de Alcanices. Acrescentaríamos, ainda, as vilas possuídas pelos Templários: Vila do Touro, Monsanto e Idanha-a-Velha. No primeiro caso, as informações são parcas, uma vez que a Torre de Menagem desapareceu. No entanto, em Monsanto, apesar de não restar nenhum silhar *in situ*, é possível determinar, a partir dos entalhes rasgados na rocha, que a Torre de Menagem, de planta quadrangular, tinha 6,70 m de lado, coroando os mais elevados afloramentos de todo o morro pedregoso onde o castelo se ergueu. E, em Idanha-a-Velha, a Torre de Menagem, construída em 1245, conforme se documenta na inscrição do tímpano, adopta uma planta rectangular, ditada pelo facto de ter sido erguida sobre o *podium* do templo romano⁽¹⁸⁾. No entanto, devemos sublinhar que não é obrigatório que todos os castelos desta zona fossem munidos com Torres de Menagem. Julgamos que Castelo Melhor, junto do Douro, nunca deve ter tido Torre de Menagem. Na parte superior deste castelo, no alto dos afloramentos rochosos, subsistem os alicerces de uma construção rectangular, mas que nunca foi torre de menagem: a espessura dos seus muros revela que se trata de uma estrutura civil, e não militar, e, por outro lado, era uma construção dotada de dois compartimentos.

Poderíamos dizer que o itinerário do castelo românico acompanhou, a par e passo, o primeiro século da autonomia do reino. No entanto, no derradeiro quartel do século XII e ao longo de quase todo o século XIII, entre 1170 e 1297, a zona de Riba Côa, a Leste deste rio, encontrava-se sob domínio leonês⁽¹⁹⁾. Do ponto de vista militar, esta situação reveste-se de enorme interesse, porque ajuda a compreender os ritmos de construção e de reforma (ou de abandono) dos castelos, a sua implantação no terreno e algumas diferenças nas opções arquitectónicas. São vários os testemunhos do empenho dos monarcas leoneses na zona de Riba Côa, a começar pelos Foros e Costumes outorgados por Afonso IX (1188-1230) a Castelo Bom ([1188-1230]), a Alfaiates ([1188-1230]), a Castelo Rodrigo (1209) e a Castelo Melhor (1209). Nas estruturas militares iremos encontrar igualmente alguns testemunhos do empenho de monarcas leoneses e algumas especificidades que se compreende melhor se tivermos em mente esse espaço de fronteira. Do lado leonês, ao longo da fronteira alinhavam-se castelos como Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior e Alfaiates. Do lado português, a defesa passava por Pinhel, Castelo Mendo e Sortelha. Em vários pontos podemos detectar a oposição clara de sistemas fortificados, “dialogando” de um lado e de outro do espaço de fronteira. Assim acontece com Pinhel e Monforte de Riba Côa, com Castelo Mendo e Castelo Bom, com Sortelha e Sabugal. O esgotamento deste espaço de fronteira depois de assinado o Tratado de Alcanices (a 12 de Setembro de 1297) ditaria, mesmo, o abandono de alguns povoados fortificados, como foi o caso de Monforte de Riba Côa e de Caria Atalaia (hoje Sr^a. das Preces, em frente a Rapoula do Côa), que acabariam por cair no esquecimento.

A permanência do território entre o Côa e o Águeda/Tourões na posse leonesa levou, obviamente, a que diversos sistemas fortificados tivessem sido erguidos por iniciativa desses monarcas. É o caso da estrutura fortificada de Castelo Melhor, da muralha do povoado de Castelo Rodrigo e de boa parte do seu castelo, do recinto amuralhado inferior de Vilar Maior, erguido por Afonso X, o Sábio, em 1280, e da muralha mais antiga do povoado do Sabugal. E, como referimos, há especificidades arquitectónicas que apenas se compreendem se tivermos em mente este panorama histórico. Sublinhemos, por exemplo, que todos os castelos da iniciativa portuguesa optaram, no século XII, por torreões de planta quadrada, mais simples de construir mas com maiores inconvenientes que os torreões de planta circular. Há, no entanto, um pequeno conjunto de estruturas

militares que optaram, desde épocas recuadas, pelos torreões de planta circular. Encontramos magníficos exemplos desses torreões no castelo de Castelo Melhor (em que o único torreão que flanqueia a muralha, voltado à vila, apresenta planta circular) e no sistema muralhado de Castelo Rodrigo, erguido provavelmente por iniciativa de Afonso IX (1188-1230) (onde todos os torreões são de planta redonda). Em Castelo Rodrigo possuía, igualmente, o mais setentrional exemplo de uma Torre Albarrã, que hoje desapareceu mas que Duarte d'Armas desenhou, e que foi erguida por iniciativa de Afonso IX. Os exemplos portugueses de Torres Albarrãs que conhecemos são todos muito mais meridionais: localizando-se em Alcobaça, Vila Viçosa, Lagos, Loulé, Silves, Salir e Paderne, apresentam uma geografia que é predominantemente alentejana e algarvia, denunciando a origem muçulmana desta solução arquitectónica.

Com a assinatura do Tratado de Alcanices, em 12 de Setembro de 1297, a zona compreendida entre o Côa e o Águeda e a Ribeira de Tourões passou definitivamente a fazer parte do reino de Portugal. Aqui assistimos ao arranque de uma fase extremamente importante do ponto de vista da nossa castelologia, com a afirmação decisiva do Castelo Gótico. D. Dinis seria o responsável pelo mais ambicioso programa de reforma de estruturas militares que Portugal até então alguma vez tinha conhecido. Tivemos ensejo de estudar esse processo e de chamar a atenção para a sua importância, documentando a intervenção dionisina em 57 castelos, maioritariamente alinhados ao longo da fronteira terrestre do reino⁽²⁰⁾. Desse notável esforço militar ficaram ecos na *Crónica Geral de Espanha*, de 1344, da autoria do Conde D. Pedro, e nas Crónicas mais tardias, nomeadamente na *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* e na *Crónica del Rei D. Dinis* de Rui de Pina. Na zona de Riba Côa, D. Dinis promoveu reformas em castelos como Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Almeida, Pinhel, Trancoso, Castelo Mendo, Castelo Bom, Sabugal, Vilar Maior e Alfaiates.

O reinado de D. Dinis corresponde, entre nós, à plena afirmação do Castelo Gótico, concebido à luz de um conceito de defesa activa. São várias as inovações que se detectam e que se difundem pelos castelos que, face aos novos condicionalismos geo-políticos, continuavam a ter valor estratégico. Nesses castelos multiplicam-se os torreões adossados aos panos de muralha, melhorando-se a capacidade de tiro flanqueado, e protegem-se as portas de acesso ao interior dos castelos, enquadrando-as com um ou dois torreões. Melhoram-se os mecanismos de tiro, multiplicando-se as seteiras rasgadas nos merlões, e as condições de defesa dos atiradores (quer pela diminuição do espaço da aberta, quer pela colocação de manteletes entre os merlões). Melhoram-se, igualmente, os acessos aos adarves e alargam-se estes, por forma a facilitar as movimentações dos soldados. E, finalmente, dota-se o castelo de mecanismos de tiro vertical, construindo-se balcões com matacões posicionados sobre as entradas (do castelo e da torre de menagem) ou sobre as zonas mais sensíveis. Num ou noutro caso a opção recaiu sobre os *machicoulis*, estruturas mais dispendiosas e, por isso, mais raras e excepcionais. Uma outra alteração sensível verifica-se ao nível da Torre de Menagem, que deixa de estar isolada no centro do pátio (como acontecia no Castelo Românico, e como vemos em Marialva, Moreira de Rei ou Sortelha), para se deslocar para junto dos muros, contribuindo para uma melhoria da capacidade defensiva nos locais mais sensíveis. Esta deslocação da Torre de Menagem para um posicionamento adossado aos muros denuncia uma nova confiança na capacidade defensiva do Castelo Gótico, encarado agora de novo como uma estrutura dotada de mecanismos de defesa que o tornavam virtualmente inexpugnável. O corolário deste processo seria a construção de Torres de Menagem no exterior dos muros do castelo, algo que seria totalmente impensável à luz do conceito românico. E, pela primeira vez, algumas Torres de Menagem fogem à tipologia mais simples, das plantas de ângulos rectos (quadrangulares ou rectangulares), para adoptarem soluções mais elaboradas e mais eficazes. De todo este processo encontramos testemunhos na zona de Riba Côa.

As reformas dionisinas nos castelos da Beira Interior denunciam, antes do mais, uma clara vontade do monarca de afirmar o seu senhorio sobre castelos recém-incorporados no território nacional. Assim se compreende que D. Dinis tenha, de forma tão clara que quase parece ostensiva, colocado o brasão régio nas estruturas que, logo depois de Alcanices, mandou reformular ou erguer. Encontramos o seu brasão régio nas torres que passaram a enquadrar a entrada do castelo de Castelo Rodrigo, na porta de entrada de Castelo Mendo, na Torre de Menagem de Vilar Maior e na Torre de Menagem do Sabugal.

Analisemos, então, alguns aspectos das reformas de D. Dinis nos castelos de Riba Côa.

Em Castelo Melhor, o circuito muralhado continuou a ostentar apenas um torreão adossado, de planta circular, voltado ao actual povoado e protegendo a única vertente por onde o acesso era possível. D. Dinis optou por reformular apenas o sistema de entrada do castelo, cuja porta passou a estar enquadrada por dois torreões de planta quadrangular. Como já referimos, acreditamos que este castelo nunca chegou a receber Torre de Menagem⁽²¹⁾.

Em Castelo Rodrigo, as reformas de D. Dinis passaram pela reconversão do sistema de entrada, que se viu dotado igualmente de duas torres de planta quadrangular, ambas ostentando no prospecto principal o brasão régio. Entre as duas torres, e coroando a porta de entrada, foi construído um balcão com matacães, de que hoje apenas sobrevivem os apoios inferiores, camuflados pela reforma moderna. A análise da estereotomia dos muros, sobretudo na face voltada ao interior da estrutura, documenta de forma indiscutível esta reforma dionisina. O castelo de Castelo Rodrigo viu-se, igualmente, dotado de uma Torre de Menagem, de planta quadrangular, que se ergueu adossada ao muro do castelo pela banda de fora, voltada ao povoado amuralhado. Numa fase posterior toda esta estrutura passou a estar dotada de uma barbacã, obrigando que o acesso ao interior do castelo se fizesse por envolvimento, com capacidade de tiro vertical, numa solução que decalca a adoptada no Sabugal⁽²²⁾.

Em Castelo Mendo, na porta de entrada do segundo recinto fortificado, encontramos igualmente testemunhos de intervenção régia nos primeiros anos do Séc. XIV. Trata-se de uma porta de dimensões generosas, enquadrada por torreões, hoje embebidos no tecido urbano, e que ostenta, na secção da muralha, um escudo régio⁽²³⁾.

No entanto, os mais claros testemunhos da vontade de D. Dinis de reformular as defesas do reino encontram-se mais a Sul, em Vilar Maior e no Sabugal. Em Vilar Maior, como já referimos, existia um castelo com um circuito arredondado que evitava ângulos e ignorava torreões, erguido na 2ª metade do Séc. XI, com aparelho proto-românico. E, na base do monte, o povoado civil viu-se, desde pelo menos os tempos de Afonso X, o Sábio, defendido por uma linha de muralha, datada por meio de inscrição do ano de 1280. Quando, em Setembro de 1297 este castelo entrou na posse de D. Dinis, com o Tratado de Alcanices, o monarca promoveu a construção de uma Torre de Menagem de grandes dimensões, de planta quadrangular, que se implanta no exterior do circuito muralhado mais antigo, sendo a ele tangente. O posicionamento desta nova construção revela a confiança que nela se depositava, a ponto de se adoptar por uma implantação que, aparentemente, a tornava uma estrutura mais fragilizada. No entanto, devemos ter em atenção que, no local onde se ergue, a Torre de Menagem de Vilar Maior passou a *comandar* toda a estrutura militar e a reforçar, de forma significativa, a defesa da porta de acesso ao interior do castelo. Esta notável construção apresenta, ostensivamente, na face principal da Torre (a que fica voltada ao acesso ao castelo), o brasão do novo senhor de Vilar Maior, com as cinco quinas dispostas em cruz e uma bordadura de castelos⁽²⁴⁾. O posicionamento deste brasão régio resulta de uma clara vontade de afirmação de posse e de senhorio, a mesma vontade de propaganda que já vimos em Castelo Rodrigo e que se pode ver noutros castelos.

No Castelo de Sabugal, a intervenção de D. Dinis foi ainda mais radical. O Castelo, erguido com sacrifício de algumas construções civis, implantou-se dentro do circuito muralhado herdado dos monarcas leoneses, na encosta voltada ao rio Côa, que descreve aqui um meandro que enquadra a vila do Sabugal⁽²⁵⁾. O Castelo erguido por D. Dinis socorre-se de uma planta geométrica quase perfeita, delimitando um pátio subrectangular com torreões quadrangulares nos ângulos. D. Dinis ergueu uma Torre de Menagem de planta pentagonal, herdeira das torres quinárias dos Templários e de D. Sancho I, que se implantou adossada ao exterior do pano de muralha do castelo, completando as defesas da porta de acesso. Esta torre, com acesso garantido a partir do adarve do castelo (tal como a de Vilar Maior), viu-se munida de balcões com matacães, permitindo tiro sobre quem tentasse entrar dentro do castelo. O efeito destes balcões seria potenciado, mais tarde, com a construção de uma barbacã extensa, que passou a impôr um itinerário de envolvimento, com possibilidade de tiro vertical, obrigando que quem quisesse entrar no castelo tivesse de contornar uma porção considerável de muro, servindo-se de uma estreita lica.

Finalmente, em Trancoso, a intervenção de D. Dinis serve para ilustrar a penetração de outros conceitos eminentemente góticos, como seja o de *Urbanismo Criado*. Já vimos que Trancoso tinha, desde os meados do Séc. X, uma notável torre moçárabe, que veio a ficar incluída dentro do perímetro muralhado do castelo românico, estrutura que passou a comandar, assumindo, assim, as funções de Torre de Menagem. Mais tarde, esta estrutura militar veria a segurança dos seus muros ser reforçada com a construção de uma série de torreões de planta rectangular que vieram quebrar os panos de muralha, permitindo tiro flanqueado. Julgamos que esta reforma do sistema defensivo do Castelo de Trancoso poderá ser atribuída ao Século XIII. Com D. Dinis, a vila de Trancoso foi dotada de um novo sistema muralhado, que veio envolver todo o burgo que se vinha a desenvolver, num urbanismo orgânico e espontâneo, em redor do castelo românico. A nova muralha dionisina, com as portas enquadradas por potentes torres, ostentando orgulhosamente brasões com as armas nacionais e municipais, abrangeu um espaço muito amplo, com vastas zonas onde o fenómeno urbano se veio a desenvolver segundo padrões típicos do Urbanismo Criado, com ruas paralelas entre si, definindo quarteirões com áreas regulares, de que ainda se podem reconhecer vestígios na actual trama urbana. Por tudo, julgamos que Trancoso constitui um magnífico exemplo do urbanismo do nosso primeiro gótico, quer no que respeita à opção pelo traçado planeado, quer pelas características arquitectónicas do seu sistema muralhado.

A política de reforma dos castelos encetada por D. Dinis correspondeu a um plano previamente delineado, que passou pela avaliação do valor estratégico de cada estrutura. Por isso, como salientou Rui de Pina, procedeu à reforma dos castelos de Sabugal, Alfaiates, Vilar Maior, Castelo Bom, Castelo Mendo, Almeida, Castelo Rodrigo, Castelo Melhor e S. Félix de Galegos mas, no entanto,

“... nom fez ho Castello de Monforte de Riba Coa, que tambem lhe foy dado por estar em maa despoziçam da teerra, e sua força pera defenção do Regno, nom seer muito necessaria ...” (PINA, R. (1977), p. 312).

225

Efectivamente, a povoação de Monforte de Riba Côa, na margem Leste do rio, não longe de Pinhel, perdeu toda a sua importância estratégica em Setembro de 1297, quando se assinou o Tratado de Alcanices. Por isso, este castelo não mereceu o esforço económico de ter as suas estruturas reformuladas. E, pouco depois, entraria num paulatino processo de decadência, que culminaria com o seu abandono. Esta situação, de povoado desertificado, não foi, no entanto, única. Aconteceu processo semelhante com Caria Atalaia, povoado fortificado que se erguia na margem Leste do rio Côa, em frente a Rapoula do Côa, e que, perdido o seu valor estratégico com a nova definição da fronteira, se viu preterida por Rapoula, um povoado com implantação de vale, bem mais convidativa que o morro pedregoso de Caria Atalaia, onde hoje, com quase todos os testemunhos destruídos na voragem dos tempos, se ergue a Sr.^a das Preces⁽²⁶⁾.

Para finalizar, gostaríamos de abordar os derradeiros momentos do castelo medieval. Ao longo do Séc. XV os castelos da raia fronteiriça viram-se munidos de uma série de estruturas que melhoraram as suas condições defensivas. Na maior parte dos casos isso passou pela inclusão de barbacãs extensas, envolvendo as velhas estruturas castelares, com portas rasgadas fora do alinhamento das portas de acesso aos castelos, obrigando a itinerários de envolvimento controlados por tiro vertical. Assim aconteceu com o castelo de Castelo Rodrigo e com a muralha urbana de Castelo Rodrigo. Aqui, a construção da barbacã extensa acabou por anular o efeito flanqueante da Torre Albarrã. Duarte d'Armas ainda a desenha, de uma forma inequívoca, mas é claro no desenho do pintor régio que a Torre Albarrã perdera valia militar, convertendo-se numa vulgar torre associada à barbacã. No Sabugal, o castelo de D. Dinis seria reforçado com uma barbacã que definiu uma estreita liça, com a largura estritamente necessária para a movimentação das forças militares. A barbacã do Sabugal apresenta, ainda, dois níveis distintos de troeiras, denunciando duas linhas de fogo: uma posicionada junto da linha de terreno, outra um pouco mais elevada, à cota do adarve da barbacã. Duarte d'Armas, no seu *Livro das Fortalezas*, desenhóu barbacãs extensas em vários castelos onde, por vezes, hoje poucos ou nenhuns testemunhos subsistem (Castelo Bom, Castelo Mendo, Vilar Maior, Penamacor, Penha Garcia, Salvaterra do Extremo, Segura e Idanha-a-Nova). Quando a barbacã extensa não se justificava, ou quando era impossível

implantar no terreno, a opção recaía sobre as barbacãs de porta. O melhor exemplo que conhecemos, nesta área, para uma barbacã de porta, encontra-se no Castelo de Monsanto. A barbacã de Monsanto, munida de troeira, apresenta a porta de acesso lateral, obrigando a que, quem quisesse aceder ao interior do castelo, tivesse de descrever um itinerário com ângulo. A possibilidade de tiro, praticado a partir do adarve, completava o papel estratégico desta barbacã. Sobre a porta de entrada da barbacã de Monsanto, existiu outrora um escudo de Portugal ladeado pela empresa do Venturoso, a Esfera Armilar. Na voragem do tempo perdeu-se o escudo nacional, mas ainda sobrevivem as Esferas Armilares, testemunhando o empenho de D. Manuel I nesta beneficiação do Castelo de Monsanto. A barbacã de porta de Monsanto pode ser associada a outros exemplos que se conhecem em Portugal para esta solução arquitectónica, presentes, por exemplo, no Castelo de Aguiar da Pena (Vila Pouca de Aguiar) e no Castelo de Terena (Alandroal).

Mas as reformas dos fins da Idade Média traduziram-se, igualmente, no aparecimento das troeiras nos castelos, procurando adaptá-los à difusão das armas de tiro. O momento em que aparecem estes novos mecanismos de tiro nos nossos castelos e sistemas muralhados urbanos ainda suscita algumas dúvidas, mas parece poder situar-se nos meados do Séc. XV, sendo portanto acontecimento do reinado de D. Afonso V. Mas continuamos a necessitar de mais apuradas investigações, sobretudo documentais, para caracterizar melhor este passo fundamental no devir das fortificações portuguesas. Na zona que temos vindo a tratar encontramos troeiras em Castelo Rodrigo, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior, Sabugal, Sortelha, Alfaiates, Penamacor, Penha Garcia, Salvaterra do Extremo e Idanha-a-Nova, nuns casos com exemplos ainda sobreviventes, noutros casos documentados nos preciosos desenhos de Duarte d'Armas. Sortelha foi um dos castelos que mais profundas reformas teve para receber os mecanismos para tiro com armas de fogo. Na realidade, aqui o trabalho de adaptação não se circunscreveu à simples abertura de troeiras: todo o velho coroamento do castelo medieval seria reformulado, anulando-se os merlões, agora esvaziados de sentido, substituídos por um novo coroamento contínuo. Mas, aparentemente, Numão, Castelo Melhor, Moreira de Rei, Marialva e Castelo Mendo nunca receberam troeiras. Aqui, quase diríamos que as ausências são tão eloquentes como as presenças. Os castelos da raia receberam reformas manuelinas, os de segunda linha, mais recuados, que outrora tinham papel militar significativo, nunca receberam essas melhorias.

Do ponto de vista das reformas de D. João II e D. Manuel I, há três exemplos que não podemos deixar de realçar. Com eles encerraremos esta nossa exposição, já demasiado extensa. São eles os casos de Penamacor, de Alfaiates e de Almeida onde as intervenções joaninas ou manuelinas não se contentaram com a simples inclusão de troeiras ou com a construção de barbacãs. Embora com soluções tipologicamente distintas, os três casos revelam a opção pela construção de novas estruturas, nos dois últimos casos dominados por uma racionalidade de matriz geométrica.

Penamacor apresenta um sistema muralhado que comportava, numa fase inicial, dionisina, uma porta defendida por duas torres de planta quadrada. Mais tarde, nos inícios do Séc. XVI, essa porta seria reformulada, passando a englobar no andar superior a Casa da Câmara. O volume das duas torres foi parcialmente anulado, construindo-se um corpo novo entre os dois torreões e deslocando-se a porta para a face exterior das referidas torres. Ainda hoje a porta assim está, mas são bem evidentes as juntas vivas que denunciam a existência das duas torres dionisinas. Analisando-se a face interna do arco, são igualmente evidentes os testemunhos do primitivo sistema de entrada, alterado no Séc. XVI. No entanto, apesar de serem tão evidentes, estes testemunhos passaram até hoje despercebidos. Depois de ultrapassada a muralha, o povoado de Penamacor desenvolve-se num urbanismo ainda muito marcado pela matriz medieval. E, numa das suas extremidades, numa zona ainda hoje isenta de construções civis, coroando afloramentos mais destacados, erguia-se o Castelo de Penamacor de que o mais eloquente e importante vestígio é a sua notável Torre de Menagem. Esta apresenta planta quadrangular, com pequeno ressalto a meia altura, e um coroamento com *machicoulis*, uma solução que, como vimos, foi muito mais rara em Portugal do que noutras zonas da Europa, sobretudo pela sua carestia. Apesar de tudo conhecemos *machicoulis* noutras Torres de Menagem portuguesas, nomeadamente em Melgaço, em Monforte de Rio Livre e em Freixo de Espada-à-Cinta. A reforma da Torre de Menagem de Penamacor está, no entanto, datada pela presença de um escudo nacional

ladeado da Esfera Armilar, assegurando-nos que se trata de mais uma iniciativa de D. Manuel I. A Torre de Menagem de Penamacor assume, assim, uma particular importância já que nos revela uma das derradeiras intervenções de D. Manuel I que ainda obedece a um conceito medieval de arquitectura militar: uma construção robusta, em altura, coroada com mecanismos de tiro vertical. Com estas características, a intervenção em Penamacor terá de ser forçosamente anterior à reforma do castelo de Alfaiates, de denuncia uma grande modernidade, e deverá ser enquadrada numa das duas primeiras décadas do Séc. XVI.

O castelo de Almeida apresentava uma planta quadrangular quase perfeita, com torreões redondos nos ângulos. Desenhado por Duarte d'Armas, numa perspectiva infeliz, com obvia distorção, ele seria depois objecto de profunda adaptação com a construção do forte moderno, onde, em determinada ocasião, a estrutura medieval foi adaptada a paiol de pólvora. Uma fortíssima explosão, em 27 de Agosto de 1810, durante o Cerco levantado pelo General Massena no quadro da 3ª Invasão Francesa, ditou a destruição do paiol. O deslocamento dos silhares da contra-escarpa do fosso denuncia a potência da explosão e o seu epi-centro. No entanto, apesar de todos os autores declararem que o castelo medieval de Almeida desapareceu com a reforma moderna, isso não corresponde integralmente à verdade. Na realidade, quem visitar as ruínas do paiol de Almeida, encontrará uma estrutura quadrangular, com torreões circulares nos ângulos, e com escarpa, fosso e contra-escarpa. A escarpa e a contra-escarpa apresentam-se inclinadas, como era costume na arquitectura militar moderna. No entanto, a construção da escarpa não ditou o desaparecimento da estrutura militar tardo-medieval. Pelo contrário, a opção foi capear a velha estrutura medieval, vertical, com uma nova parede, com a inclinação pretendida. Deste modo, por trás da escarpa moderna encontra-se a velha parede medieval, vertical, que desponta num ou dois pontos.

Finalmente, em Alfaiates estamos perante uma estrutura que é profundamente reformulada nos inícios do Séc. XVI, por iniciativa de D. Manuel I⁽²⁷⁾. Sabemos que este monarca estava, em 1510, empenhado na reformulação deste castelo raiano. Por outro lado, é conhecida uma referência a uma visita que Diogo de Arruda fez ao Castelo de Alfaiates em 1525, quando decorriam obras. Podemos, por isso, atribuir a reforma deste Castelo à segunda metade do primeiro quartel do Séc. XVI. Alguns elementos antigos foram reaproveitados, mas o novo castelo, que então se ergueu, é dominado por um grande geometrismo, inscrevendo-se num amplo quadrado com duas torres, igualmente quadradas, erguendo-se nos ângulos opostos. A torre que alberga a entrada do Castelo é obra coeva da reforma, mas a torre oposta, que se articula com a muralha por meio de ângulos rectos, resulta do reaproveitamento de uma estrutura mais antiga, medieval. O conjunto é rodeado por uma barbacã extensa e, sobre a porta de entrada, encontra-se o Escudo de Portugal ladeado da Esfera Armilar, num conjunto ainda com policromia, que documenta o empenho do Venturoso na reforma deste castelo. Toda a fortificação de Alfaiates encontra-se já plenamente adaptada à lógica da pirobalística, aproximando-se do modelo da *rocca* italiana (de que, em Portugal, o melhor exemplo será o Castelo roqueiro de Vila Viçosa). Estamos, aqui, já muito longe dos velhos castelos românicos, de plantas orgânicas, adaptando-se tão sabiamente às condições topográficas. Em Alfaiates estamos, pelo contrário, perante o triunfo da arquitectura militar obedecendo a uma lógica mais racionalizada, com um padrão geométrico muito meditado. Estamos, por isso, claramente a caminho dos tempos modernos ...

Notas:

- (1) Vd. nomeadamente BARROCA M.J. (1990-91), p. 89 e ss.; BARROCA, M.J. (1997) (no prelo).
- (2) Sobre Anégia veja-se ALMEIDA, C.A.F.; LOPES, F.G.A. (1981-82), p. 131 e ss.; BARROCA, M.J. (1990-91), p. 91-93; LIMA, A.M.C. (1993), p. 31-39 e 118-119.
- (3) Vd. GUTIERREZ GONZALEZ (1989), p. 169-191; GUTIERREZ GONZALEZ (1995); FITÉ, F. (1989), p. 185 e ss.; FITÉ, F. (1993), p. 8 e ss.; BAZZANA (1994), p. 33-43.
- (4) Vd. CINTRA, L.F.L. (1959), p. XXXVII; BARROCA, M.J. (1990-91), p. 94-98.
- (5) Registado no *Chronicon Conimbricense*, na *Chronica Gothorum*, no *Chronicon Alcobacense*, no *Chronicon Lamecense* e no *Chronicon Laurbanense* (respectivamente PMH, Script., p. 2, 4, 10, 18, 19 e 20).

- (6) Um ponto de situação sobre os dados biográficos de Sesnando encontra-se em BARROCA, M.J. (1990-91), p. 101-102.
- (7) Sobre a sua actuação ao nível das estruturas castelares veja-se BARROCA, M.J. (1990-91), p. 102-111.
- (8) Processo estudado por José Mattoso em diversos trabalhos, nomeadamente em MATTOSO, J. (1982).
- (9) Cf. BARROCA, M.J. (1995), vol. II, tomo 2, Insc. N° 394, pp. 818-819.
- (10) Sobre as características do castelo românico veja-se, entre outros, FOURNIER, G. (1978); ALMEIDA, C.A.F. (1978); ALMEIDA, C.A.F. (1989); BARROCA, M.J. (1990-91); CHATELAIN, A. (1995).
- (11) Sobre a cronologia das primeiras Torre de Menagem em Portugal veja-se BARROCA, M.J. (1990-91), p. 120-122; BARROCA, M.J. (1995), vol. I, p. 362-364; e BARROCA, M.J. (1996-97) (no prelo).
- (12) Como se sabe, o “Castro de S. Justo” é a forma como o Castelo de Marialva é designado até ao Séc. XI. A mudança toponímica ocorreu no Séc. XII, por motivos que permanecem por esclarecer. Depois de reconquistada por Fernando Magno em [1055-1058], recebeu Foral outorgado por D. Afonso Henriques em [1157-1169], confirmado por Afonso II em 1217. D. Dinis concedeu-lhe carta de feira em 4 de Novembro de 1286. A vila recebeu Foral Novo das mãos de D. Manuel I em 16 de Dezembro de 1512.
- (13) O Castelo de Moreira de Rei encontra-se documentado pela primeira vez em 960, na doação de D. Flâmula. Foi reconquistado em [1055-1058] por Fernando Magno, e, um século mais tarde, recebeu foral outorgado por D. Afonso Henriques em [1157-1169].
- (14) O castelo de Longroiva é referido pela primeira vez em 960, na doação de D. Flâmula Rodrigues. Conquistado por al-Mansur em fins do Séc. X, seria reconquistado por Fernando Magno em [1055-1058]. Teve foral outorgado por D. Egas Gosendes de Baião em 1126, cujo original se perdeu. Em 10 de Junho de 1145 Fernão Mendes de Bragança doou o castelo aos Templários. Em 1318 entra na posse da Ordem de Cristo. D. Manuel I outorgou-lhe Foral Novo em 1 de Junho de 1510.
- (15) Sobre a arquitectura militar dos Templários vd. BARROCA, M.J. (1996-97).
- (16) A fundação de Sortelha, obra de D. Sancho I, remonta a 1210-1212. Sabemos que em 1220 já o castelo se encontrava erguido, e que recebeu foral em [1228-1229], outorgado por D. Sancho II. D. Manuel I deu-lhe Foral Novo em 1 de Junho de 1510.
- (17) Cf. BARROCA, M.J. (1995), vol. II, tomo 1, Insc. N° 185, p. 394-395.
- (18) Cf. BARROCA, M.J. (1995), vol. II, tomo 1, Insc. N° 324, pp. 659-662. A Torre de Menagem de Idanha foi erguida por iniciativa de D. Martim Martins da Maia, Mestre dos Templários e colação de D. Sancho II.
- (19) Sobre a evolução histórica deste espaço de fronteira veja-se a clássica e excelente síntese de Luís Filipe Lindley Cintra (CINTRA, L.F.L. (1959), pp. XXIII-LXXIII), bem como os estudos de Rui de Azevedo (AZEVEDO, R. (1934) e (1962)) e, mais recentes, os contributos apresentados ao Congresso Histórico Luso-Espanhol “O Tratado de Alcanices e a Importância Histórica das Terras de Riba Côa” (Lisboa, U.C.P., 1998) e às IV^{as}. Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, “O Século de Alcanices (1250-1350)” (Porto, FLUP, 1998 - no prelo).
- (20) Vd. BARROCA, M.J. 1998 (no prelo).
- (21) Castelo Melhor, depois de entrar na posse de Portugal, com Alcanices (1297), viu os foros de Afonso IX (de 1209) serem confirmados por D. Dinis em 12 de Junho de 1298. Conhece-se notícia de obras no castelo em 1383.
- (22) Castelo Rodrigo seria conquistado por D. Dinis em 1296, na campanha militar que antecede a assinatura do Tratado de Alcanices. Nesse mesmo ano, o monarca confirma o Foros que Afonso IX de Leão tinha concedido em 11 de Setembro de 1209. Em Setembro de 1297 entra definitivamente para a posse da coroa portuguesa. Recebe carta de feira em 1373 e Foral Novo, manuelino, em 25 de Junho de 1508.
- (23) Castelo Mendo teve foral outorgado por D. Sancho II em 15 de Março de 1229, confirmado por D. Dinis em 16 de Dezembro de 1281. Dois dias depois, a 18 de Dezembro de 1281, recebeu carta de feira. Em 1387 passa a Couto de Homiziados, e em 1 de Junho de 1510 D. Manuel I outorga-lhe Foral Novo.
- (24) A incorporação de Vilar Maior no reino, no quadro da campanha militar encetada por D. Dinis em 1296, foi acompanhada da renovação do quadro legal ainda antes da assinatura de Alcanices. Na realidade, a concessão de foral por D. Dinis data de 17 de Novembro de 1296. Vd. DIAS, M.S. (1996a) e DIAS, M.S. (1996b). Foi Couto de Homiziados em 1440 e D. Manuel I outorgou-lhe Foral Novo em 1 de Junho de 1510.
- (25) O Sabugal resulta de uma fundação de Afonso IX, de Leão, c. de 1224. Recebeu carta de feira antes de 1296, e foi conquistado por D. Dinis neste ano, na campanha militar que antecede a assinatura do Tratado de Alcanices. Recebeu Foral em 10 de Novembro de 1296, das mãos de D. Dinis, e vê a sua entrada no reino de Portugal ser definitivamente sancionada em 12 de Setembro de 1297, com a assinatura do Tratado de Alcanices. O Castelo encontrava-se em obras em 3 de Julho de 1302. Em 15 de Outubro de 1307 é instituída uma Confraria de Cavaleiros do Sabugal. As dificuldades de povoamento espelham-se na instituição do Couto de Homiziados, antes de 1369. D. Manuel I outorgou Foral Novo em 1 de Junho de 1515.
- (26) A Igreja paroquial de Caria Atalaia ainda se encontra referida no rol de D. Dinis de 1320-21, e o povoado ainda está documentado em 1332.
- (27) Alfaiates recebeu Foros e Costumes das mãos de Afonso IX de Leão (entre [1188-1230]), tendo entrado na posse do reino de Portugal em 1297, com a assinatura do Tratado de Alcanices. Em 1 de Junho de 1510 D. Manuel I outorgaria o Foral Novo.

Bibliografia:

- ALMEIDA, C.A.F. (1978), *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das Origens a 1200*. Porto. (Diss. complementar de Doutoramento)
- ALMEIDA, C.A.F.; LOPES, F.G.A. (1981-82), Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel. *Portugalia*. Porto. 2-3, p. 131-130
- ALMEIDA, C.A.F. (1989), Castelos e Cercas Medievais. Séc. X a XIII. In *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Ed. Alfa, p. 38-54
- BARROCA, M.J. (1990-91), Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII). *Portugalia*. Porto. 11-12, p. 89-136
- BARROCA, M.J. (1995), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Porto. (Diss. de Doutoramento, 3 vols. em 4 tomos, ed. policopiada)
- BARROCA, M.J. (1996-97), A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII. *Portugalia*. Porto. 17-18 (Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida) (no prelo)
- BARROCA, M.J. (1997), Castelos Medievais Portugueses - Origens e Evolução Arquitectónica (Séc. IX-XIV). In *La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo*. Alicante: Sociedad Española de Estudios Medievales (no prelo)
- BAZZANA, A. (1994), Le Début du Château dans l'Espagne Septentrionale. In *Château Gaillard - Études de Castellologie Médiévale*. Caen. 16, p. 33-43
- CARVALHO, A. (1995), *Castelo Mendo. Um conjunto histórico a preservar*. s/l
- CARVALHO, J.V. (1973), *Almeida. Subsídios para a sua história*. Viseu (2ª ed., 1988)
- CHATELÂIN, A. (1988), *L'Évolution des Chateaux forts dans la France au Moyen Age*. Strasbourg: Publitotal.
- CHATELÂIN, A. (1995), *Chateaux Forts. Images de Pierre des Guerres Médiévales*. Paris: Rempart.
- CINTRA, L.F.L. (1959), *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa: INCM (2ª ed., facsimilada 1984)
- CORREIA, J.M. (1946), *Terras de Riba Côa. Memórias sobre o Concelho de Sabugal*. Sabugal (2ª ed., fac-similada, 1992)
- D'ARMAS, D. (1997), *Livro das Fortalezas*. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: INAPA.
- DIAS, M.S. (1996a), *Vilar Maior. História, Monumentos e Lendas*. Coimbra
- DIAS, M.S. (1996b), *Os Forais de Vilar Maior*. Coimbra
- FERREIRA, J.A.P. (1953), *Antiguidades de Numão*. Porto
- FITÉ, F. (1989), Arquitectura Militar y Repoblación en Catalunya (Siglos VIII al XI). *III Congreso de Arqueologia Medieval Española*. Oviedo. 1: p. 195-235
- FITÉ, F. (1993), *Arquitectura i repoblación en la Catalunya dels segles VIII-XI*. Lérida: Univeristat de Lleida (Espai/Temps, 18)
- FOURNIER, G. (1978), *Le Château dans a France Médiévale. Essai de Sociologie Monumentale*. Paris: Aubier
- GOMES, P.D. (1993), O Povoamento Medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho. *Arqueologia Medieval*. Porto. 2, p. 171-189
- GOMES, R.C. (1988), *Castelos. Raia da Beira. Distrito da Guarda*. Guarda
- GOMES, R.C. (1995), *Castelos da Raia. I. Beira*. Lisboa: IPPAR (Col. Arte e Património, 3)
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J.A. (1989), Sistemas defensivos y de Repoblación en el Reino de León. In *III Congreso de Arqueologia Medieval Española*. Oviedo. 1: p. 169-191
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J.A. [et al.] (1994), Las Pueblas Fronteirizas entre León y Portugal en los Siglos XII y XIII: "Ciudadelas" de Riba-Côa (Beira, Portugal). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34: 3-4, p. 381-404
- GUTIERREZ GONZALEZ, J.A. (1995), *Fortificaciones y Feudalismo en el origen y formacion del Reino Leones (Siglos IX-XIII)*. Valladolid
- LIMA, A.M.C. (1993), *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séc. IX-XII)*, Porto: FLUP (Diss. de Mestrado, policopiada)
- MATTOSO, J. (1982), *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa: Guimarães Editores.
- NEVES, V.P. (1979), *A Antiga Vila de Sortelha, Aldeia-Museu de Portugal*. s/l

MAPA 1 - Castelos dos Séc. X e XI:

Castelos de D. Flâmula (960)

1. Numão
2. Muxagata
3. Alcarve
4. Penedono
5. Meda
6. Longroiva
7. Caria
8. Sernancelhe
9. Moreira de Rei
10. Trancoso

Castelos dos meados do Séc. XI

11. Ranhados
12. Terrenho
13. Marialva
14. Vilar Maior

Forais outorgados por Fernando Magno em (1055-1065)

15. Anciães
16. Linhares
17. Paredes da Beira
18. Linhares da Beira

MAPA 2 - Castelos dos Séc. XII e XIII (até 1297):

Castelos Leoneses

1. Castelo Melhor
2. Castelo Rodrigo
3. Almeida
4. Castelo Bom
5. Vilar Maior
6. Alfaiates
7. Sabugal

Castelos Portugueses

8. Numão
9. Penedono
10. Ranhados
11. Meda
12. Longroiva
13. Marialva
14. Sernancelhe
15. Aguiar da Beira
16. Moreira de Rei
17. Trancoso

18. Pinhel
19. S. Julião de Pereiro
20. Celorico da Beira
21. Linhares
22. Guarda
23. Germelo
24. Castelo Mendo
25. Vila de Touro
26. Valhelhas
27. Belmonte
28. Sortelha
29. Covilhã
30. Penamacor
31. Castelo Novo
32. Monsanto
33. Penha Garcia
34. Idanha-a-Velha
35. Idanha-a-Nova
36. Castelo Branco
37. Salvaterra do Extremo
38. Segura

MAPA 3 - Fossado no Séc. XII e XIII:

Forais estipulando que 1/3 dos cavaleiros vão em fossado

1. Numão (1130)
2. Penedono (1195)
3. Marialva (1157-1169)
4. Moreira de Rei (1157-1169)
5. Trancoso (1157-1169)
6. Aguiar da Beira (1157-1169 e 1258)
7. Castelo Mendo (1229)
8. Celorico da Beira (1157-1169)
9. Linhares (1169)
10. Folgoso (1187)
11. Guarda (1199)
12. Valhelhas (1188)
13. Vila de Touro (1220)

Forais estipulando que 2/3 dos cavaleiros vão em fossado

14. Pinhel (1209)
15. Centumcellas (1194)
16. Belmonte (1199)
17. Sortelha (1228-1229)
18. Covilhã (1186)
19. Penamacor (1209)
20. S. Vicente da Beira (1195)

21. Lardosa (1223)
22. Idanha-a-Velha (1229)
23. Penha Garcia (1256)
24. Proença-a-Velha (1218)
25. Salvaterra do Extremo (1229)
26. Castelo Branco (1213)

Foros e Costumes de Riba Côa

27. Castelo Melhor (1209)
28. Castelo Rodrigo (1209)
29. Castelo Bom (1188-1230)
30. Alfaiates (1188-1230)

Povoação isenta de fossado

31. Monsanto (1174)

MAPA 4 - Reformas de D. Dinis (1279-1325):

Castelos com reforma de D. Dinis

1. Numão
2. Castelo Melhor
3. Castelo Rodrigo
4. Trancoso
5. Pinhel
6. Almeida
7. Castelo Bom
8. Castelo Mendo
9. Linhares
10. Guarda
11. Vilar Maior
12. Alfaiates
13. Sabugal
14. Penamacor



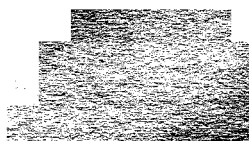
Povoações abandonadas na sequência do Tratado de Alcanices (1297)

15. Monforte de Riba Côa
16. Caria Atalaia

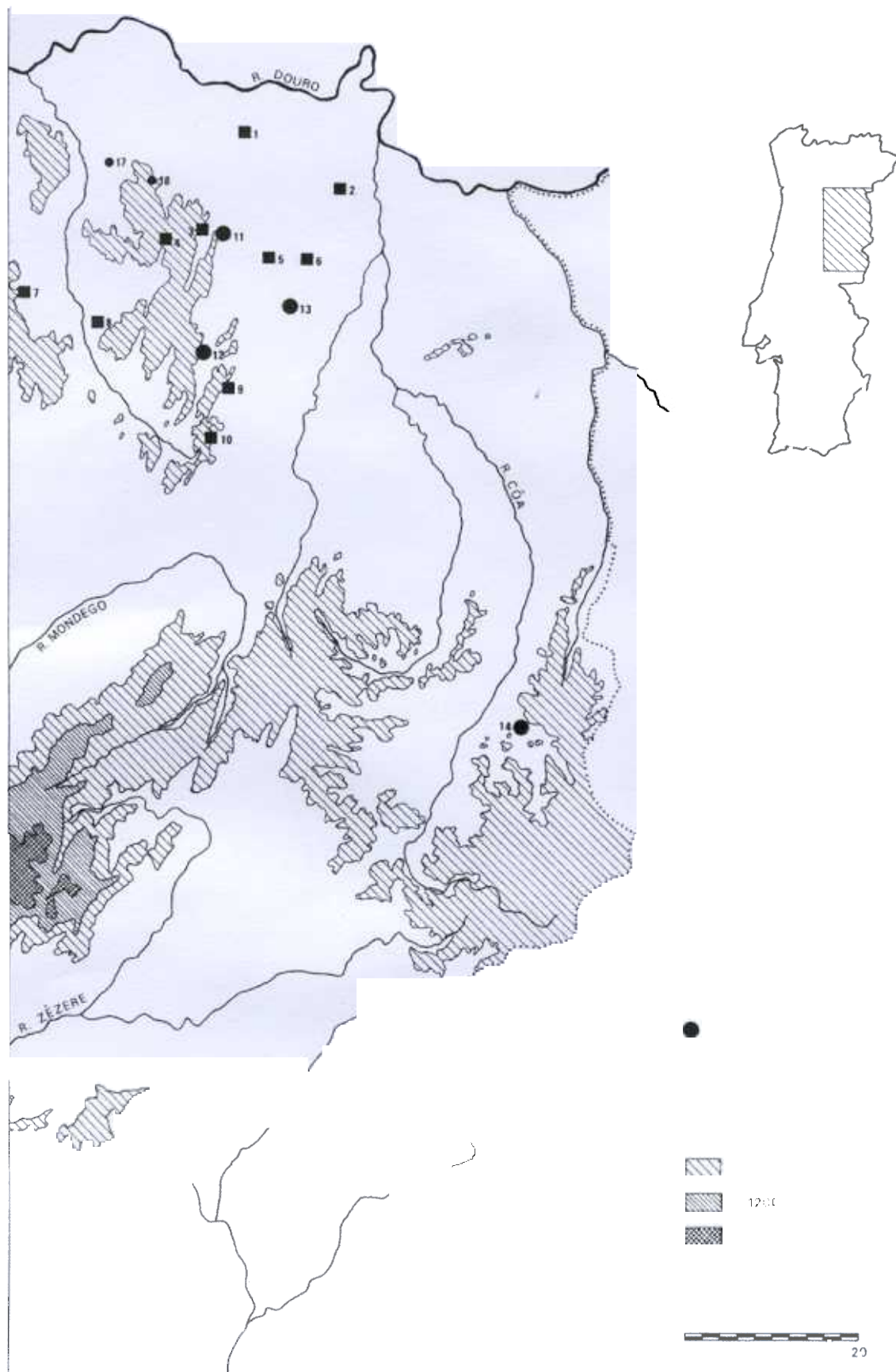
MAPA 5 - Reformas de D. João II / D. Manuel I:

Castelos com reformas dos fins Séc. XV - inícios Séc. XVI

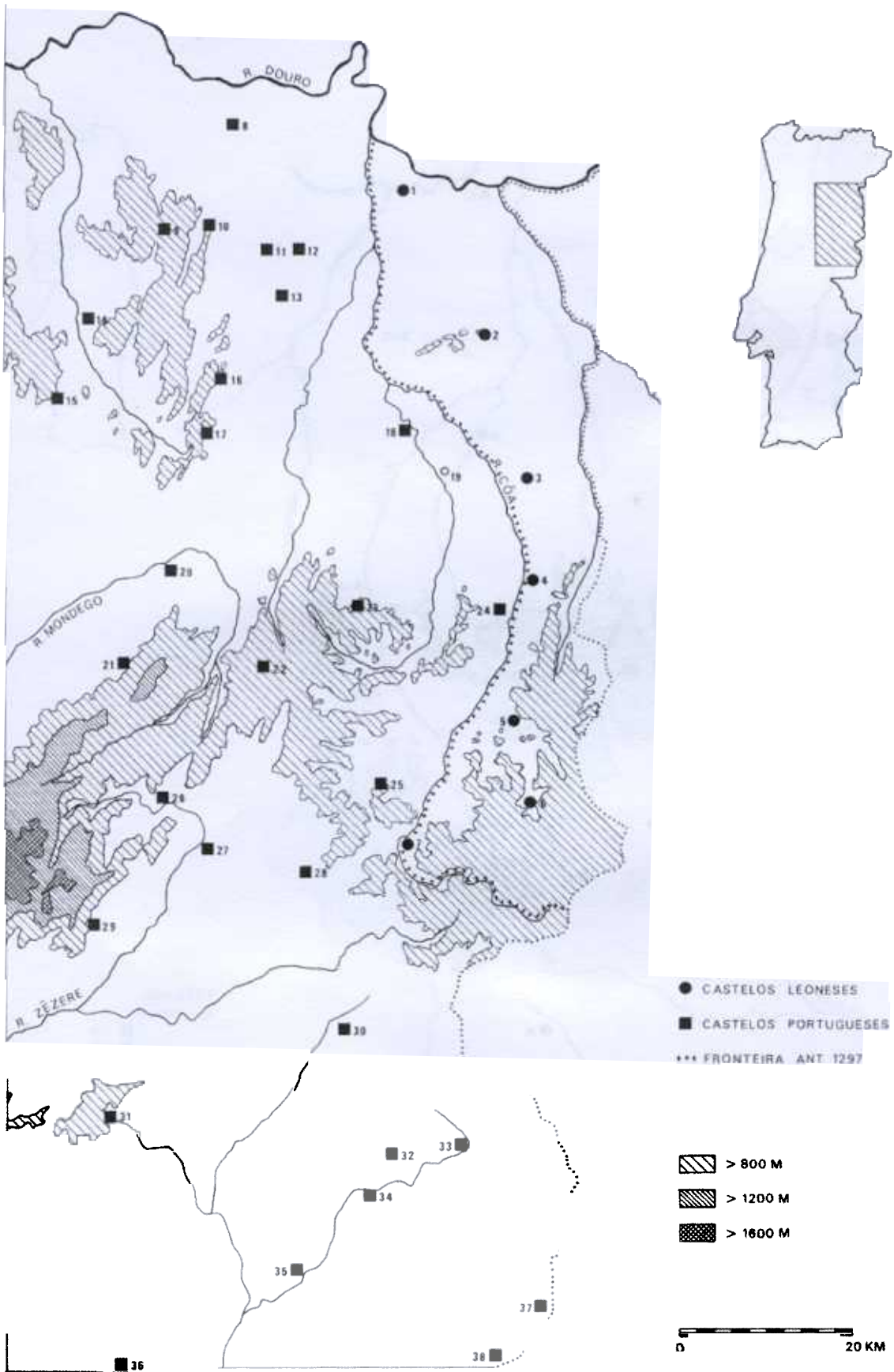
1. Penedono
2. Longroiva
3. Castelo Rodrigo
4. Pinhel
5. Almeida
6. Castelo Bom



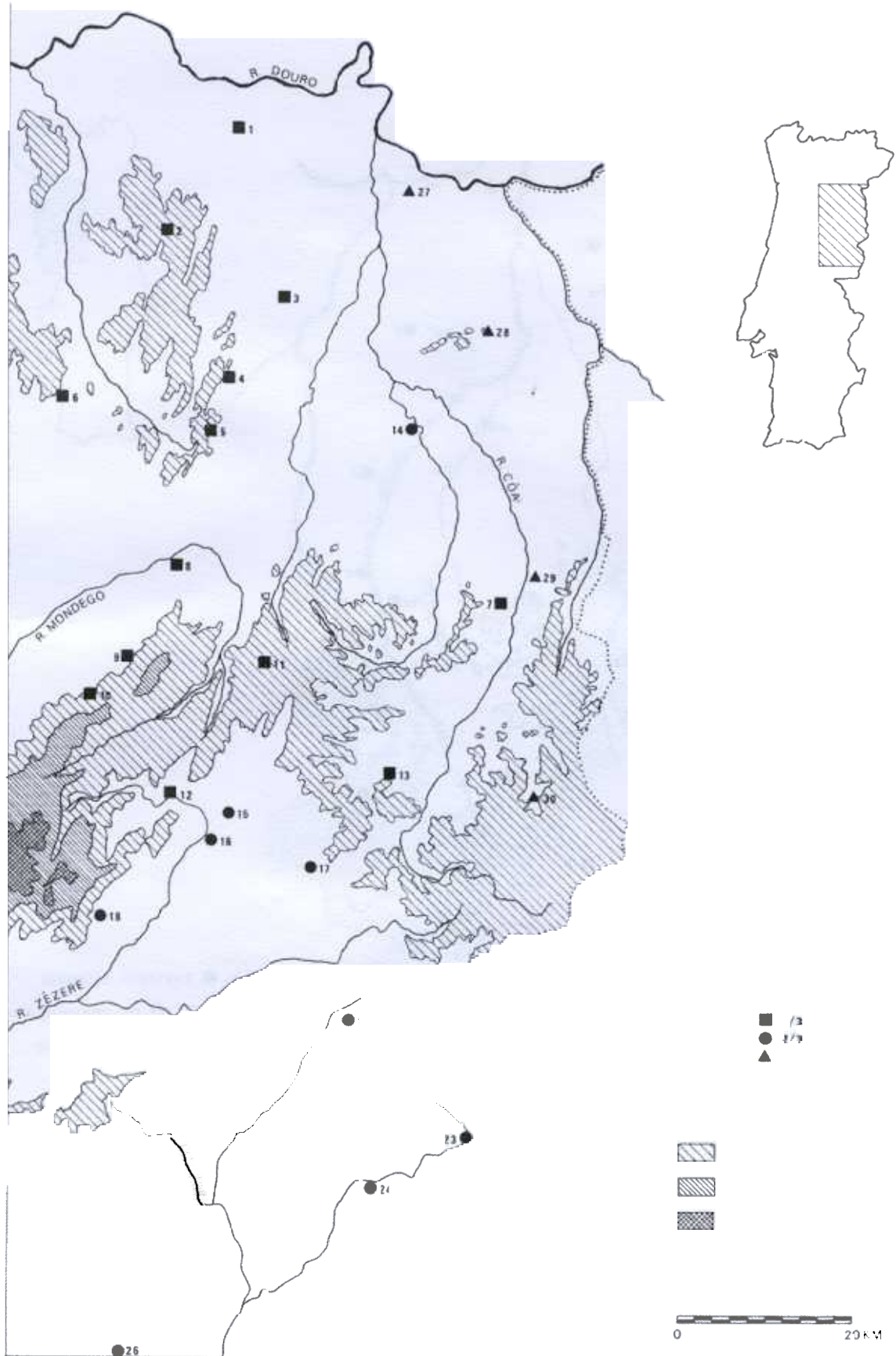
7. Vilar Maior
8. Alfaiates
9. Sabugal
10. Sortelha
11. Belmonte
12. Penamacor
13. Penha Garcia
14. Monsanto
15. Proença-a-Velha
16. Idanha-a-Nova
17. Salvaterra do Extremo
18. Segura



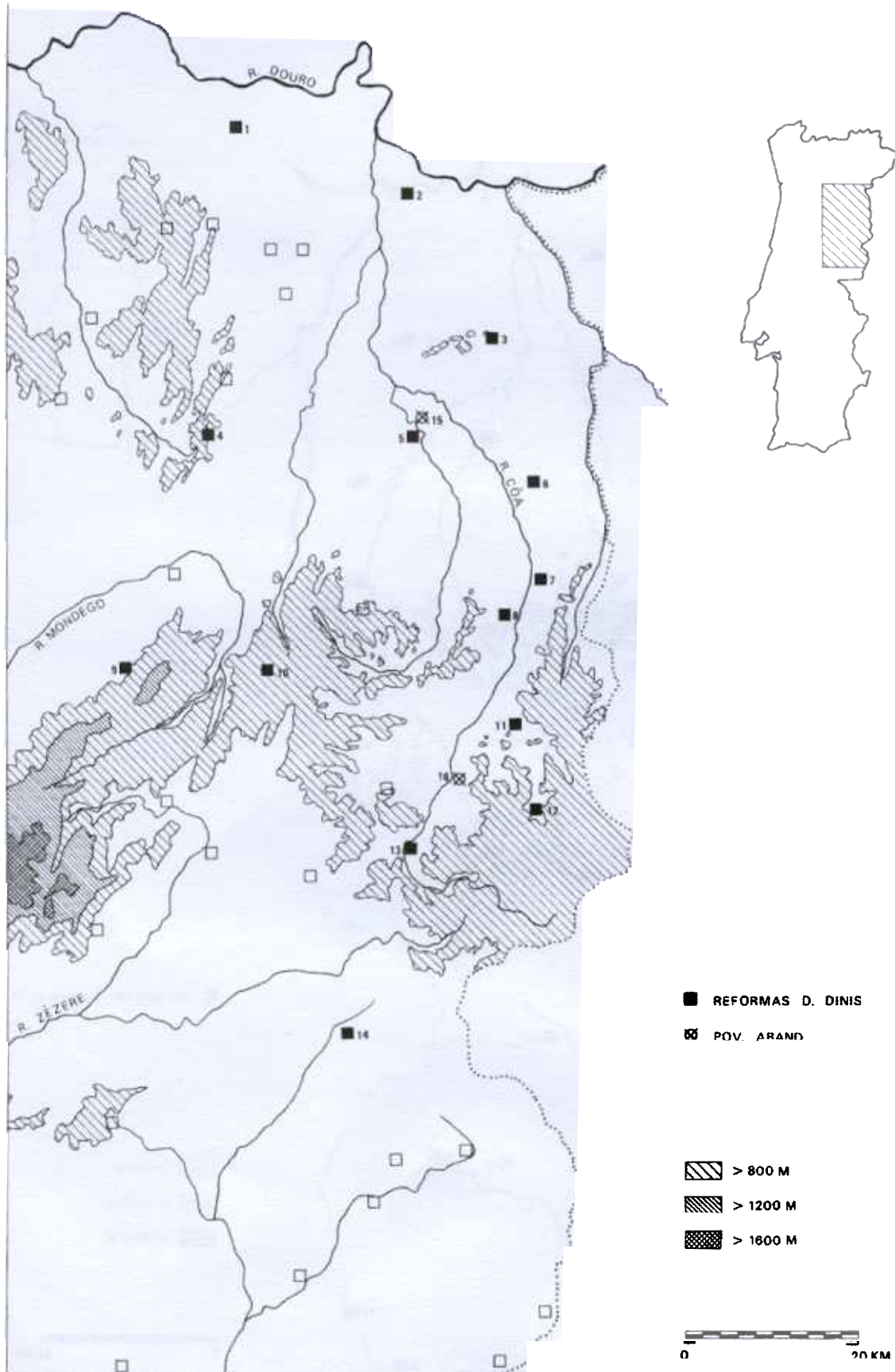
Mapa



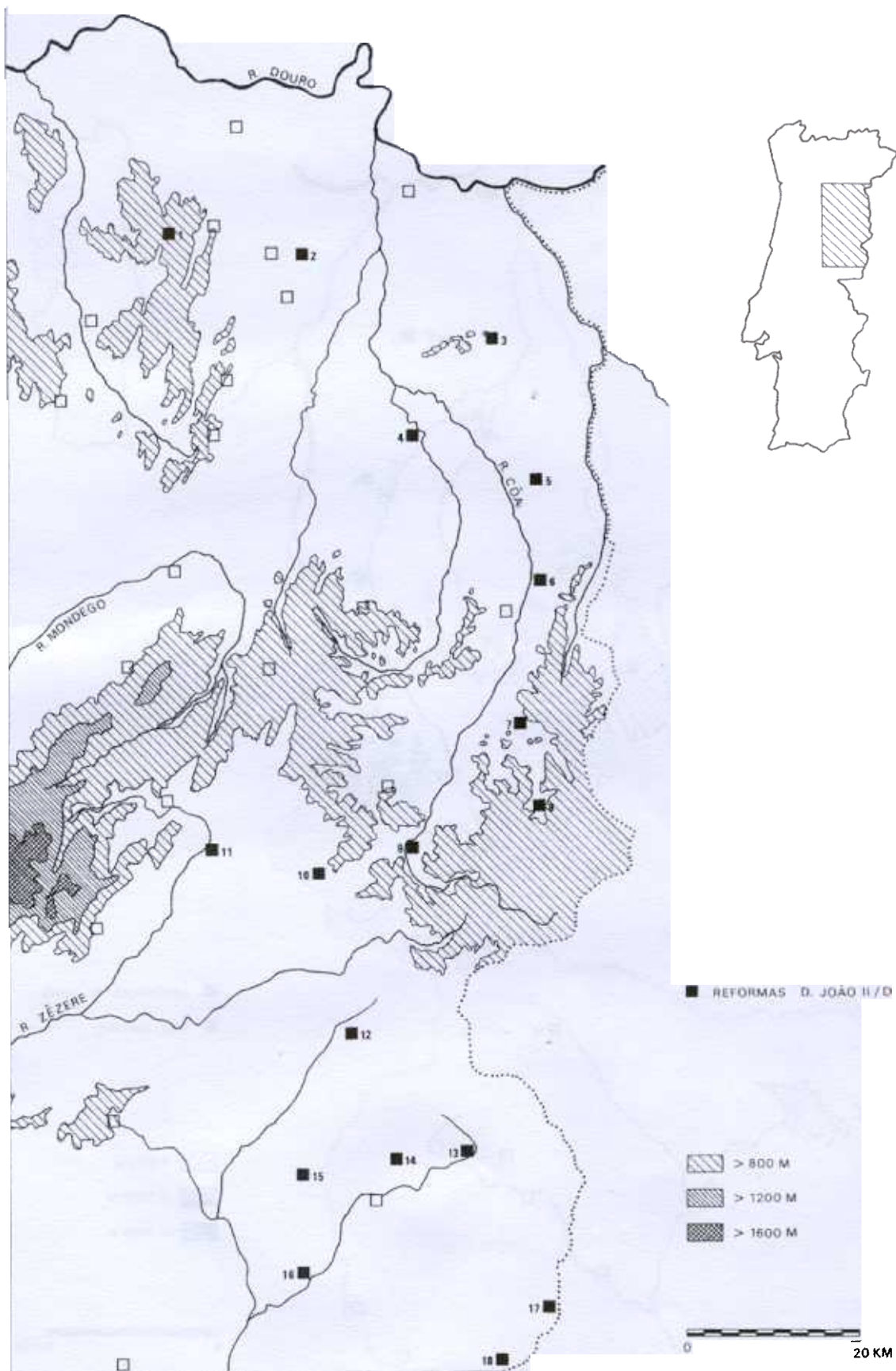
Mapa 2



1apa



Mapa 4



238

Mapa 5